

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

IMPACTO DA AUSÊNCIA PSICOLÓGICA NA SAÚDE PÚBLICA DE FORTALEZA: UM ESTUDO NA SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL V

Neirilene de Oliveira Moreira¹

Prof. Dr. Eliezer, Fares Abdala Neto²

RESUMO

A saúde mental é uma dimensão essencial da atenção primária saúde, conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº. 2.436/2017. Contudo, observa-se uma escassez significativa de psicólogos atuando nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da Regional V de Fortaleza, realidade compromete princípio da integralidade do cuidado. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos dessa ausência de profissionais de psicologia para população local, com base em uma revisão bibliográfica narrativa. Foram utilizados artigos publicados entre 2013 e 2024, em bases como SciELO, PubMed, BVS e PePSIC. Os resultados apontam que a carência de psicólogos na atenção primária compromete o diagnóstico precoce, dificulta o acesso a serviços especializados e fragiliza o trabalho multiprofissional, contrariando as diretrizes da PNAB. Conclui-se que a inserção adequada do psicólogo é imprescindível para o fortalecimento da saúde mental na APS (Atenção Primária à Saúde), especialmente em contextos urbanos vulneráveis, como a Secretaria Executiva Regional V.

Palavras-chave: Atenção Primária; Fortaleza; PNAB; Psicologia da Saúde; Saúde Mental.

1 Neirilene de Oliveira Moreira; Especialista; E-mail: neirilene.om@gmail.com.

2 Eliezer Fares Abdala Neto; Doutor; E-mail: eliezer.neto@al.ce.gov.br.



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental constitui-se como um dos pilares fundamentais para a integralidade da atenção em saúde, sendo parte inseparável da promoção da qualidade de vida da população (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022). No Brasil, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) define a atenção primária como porta de entrada preferencial ao Sistema Único de Saúde (SUS), cabendo às Unidades Básicas de Saúde (UBS) ofertar serviços que contemplem não apenas doenças físicas, mas também a prevenção, detecção e cuidado em saúde mental (BRASIL, 2017).

No entanto, a efetivação dessa diretriz encontra barreiras significativas. Uma delas refere-se à escassez de profissionais da Psicologia atuando na Atenção Primária à Saúde (APS). Embora a criação dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) tenha buscado ampliar a inserção de psicólogos e outros profissionais multiprofissionais nas equipes, a descontinuidade da política a partir de 2019 fragilizou sua manutenção (BRASIL, 2019). Além disso, fatores estruturais como cortes orçamentários no SUS, vínculos de trabalho precários, falta de concursos públicos e priorização de categorias profissionais consideradas "essenciais" em detrimento da saúde mental contribuíram para o quadro atual de carência (DIMENSTEIN et al., 2020; LIMA; SOUZA, 2023).

Em Fortaleza, particularmente na Regional V — área marcada por vulnerabilidades socioeconômicas e maior densidade populacional — observa-se uma carência significativa de psicólogos nas UBS. Essa ausência compromete a resolutividade da rede, gera sobrecarga em outros serviços, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e fragiliza a efetivação do princípio da integralidade do SUS (CAMPOS; CUNHA; FIGUEIREDO, 2021). Estudos recentes mostram que usuários com demandas em saúde mental frequentemente têm suas necessidades subnotificadas ou encaminhadas de forma inadequada, resultando em cronificação de quadros, aumento de automedicação, maior dependência de internações psiquiátricas e sobrecarga familiar (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022; RIBEIRO; ALMEIDA, 2022).

Entre as consequências mais imediatas da ausência do psicólogo na APS,

destacam-se: o aumento de filas de espera nos CAPS; a medicalização excessiva de sintomas emocionais; a baixa adesão a tratamentos por ausência de acompanhamento psicoterápico; e a sobrecarga das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que, sem apoio especializado, enfrentam dificuldades no manejo de casos de sofrimento psíquico. Ademais, em comunidades periféricas, como as da Regional V, tal ausência pode agravar desigualdades sociais já existentes, ampliando o estigma e reduzindo as oportunidades de cuidado humanizado e integral (DIMENSTEIN et al., 2020).

Assim, a problemática central que norteia este estudo é: quais os impactos da ausência de profissionais de Psicologia nos postos de saúde da Regional V de Fortaleza para a saúde mental da população e para a efetividade da PNAB?

O estudo justifica-se pela sua relevância social, uma vez que a falta de atendimento psicológico adequado compromete a qualidade de vida da população; pela relevância científica, visto que há lacuna de estudos específicos sobre a realidade da Regional V; e pela relevância profissional, pois reforça a importância da inserção do psicólogo na APS, em consonância com os princípios da integralidade e da interdisciplinaridade defendidos pelo SUS.

O objetivo geral foi de analisar os impactos da escassez de psicólogos na Secretaria Executiva Regional V de Fortaleza à luz da PNAB, enquanto os objetivos específicos apontaram as possíveis causas da ausência desses profissionais, discutindo suas consequências e propondo estratégias para mitigar a problemática.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DESENVOLVIMENTO

2.1 A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.436/2017, define a Atenção Primária à Saúde (APS) como coordenadora do cuidado e ordenadora da rede de serviços do SUS (BRASIL, 2017). Entre suas atribuições centrais, destaca-se a inclusão da saúde mental como parte

indissociável das ações realizadas pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Nesse sentido, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram concebidos como estratégia de inserção de profissionais especializados, como psicólogos, assistentes sociais e fisioterapeutas, ampliando a resolutividade da APS.

Contudo, apesar da relevância da PNAB para a consolidação da atenção integral, sua efetivação enfrenta obstáculos que vão desde restrições financeiras até a descontinuidade de políticas de apoio multiprofissional, a exemplo do próprio NASF, fragilizado após mudanças no financiamento da APS em 2019 (BRASIL, 2019). Além disso, questões estruturais, como déficit de recursos humanos e condições de trabalho precárias, impactam diretamente na implementação da saúde mental no território, sobretudo em áreas mais vulneráveis (CAMPOS; CUNHA; FIGUEIREDO, 2021).

2.2 O papel do psicólogo na APS

Nesse contexto, a presença do psicólogo torna-se essencial para que a APS cumpra seu papel de porta de entrada do sistema e coordenadora do cuidado. De acordo com Dimenstein et al. (2018), esse profissional atua na promoção da saúde, na prevenção de agravos e no tratamento de transtornos mentais comuns, em articulação com a Estratégia Saúde da Família (ESF). Sua inserção qualifica o trabalho multiprofissional, amplia a capacidade resolutiva das equipes e fortalece o princípio da integralidade.

Para além do atendimento clínico individual, o psicólogo contribui em ações coletivas, como grupos de promoção da saúde, atividades de educação em saúde e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Martins et al. (2020) ressaltam que essa atuação demanda competências ampliadas, como a capacidade de leitura do território e a articulação intersetorial, deslocando o psicólogo de uma prática centrada apenas no consultório para uma lógica de cuidado comunitário e integral.

2.3 Saúde mental e Atenção Primária

A integração da saúde mental à APS é fundamental diante do crescente adoecimento psíquico da população. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (2022), cerca de 30% dos brasileiros apresentarão algum transtorno mental ao longo da vida, o que reforça a necessidade de um cuidado próximo e acessível. A ausência do psicólogo nesse nível de atenção gera encaminhamentos excessivos para serviços especializados, sobrecarregando os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e comprometendo a continuidade do cuidado (SILVA; PEREIRA; ALMEIDA, 2021).

Por outro lado, a inserção do psicólogo na APS possibilita acompanhamento longitudinal, favorece vínculos terapêuticos e promove escuta qualificada, fatores essenciais para a adesão ao tratamento. Além disso, reduz a medicalização excessiva, frequentemente utilizada como alternativa em territórios onde não há profissionais disponíveis para manejar demandas emocionais e psicossociais (DIMENSTEIN et al., 2018). Dessa forma, a saúde mental não deve ser entendida como um serviço acessório, mas como eixo transversal da atenção primária.

2.4 Escassez de profissionais de saúde no Brasil

Apesar de sua importância, o SUS enfrenta um histórico problema de escassez e má distribuição de profissionais de saúde. Estudos apontam como principais causas a falta de concursos públicos, a precarização dos vínculos, a desigualdade na distribuição territorial e a baixa valorização salarial (MACHADO et al., 2022). No caso da psicologia, soma-se ainda a dificuldade de reconhecimento pleno de sua função no campo da saúde coletiva.

Esse quadro se reflete de forma desigual no território nacional. A concentração de psicólogos em áreas urbanas centrais contrasta com a escassez em periferias e regiões interioranas, ampliando as desigualdades de acesso ao cuidado (MACHADO et al., 2022). Em Fortaleza, essa desigualdade se expressa nas regionais periféricas, onde há déficit de profissionais e maior vulnerabilidade social, como é o caso da Regional V (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022).

2.5 A realidade de Fortaleza e da Regional V

O município de Fortaleza apresenta avanços no campo da saúde mental, mas ainda enfrenta importantes desigualdades territoriais. A Regional V, localizada em uma das áreas mais populosas e vulneráveis da cidade, é marcada pela escassez de profissionais especializados e por demandas sociais complexas (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022).

A Secretaria Executiva Regional (SER) V é responsável por executar as políticas públicas municipais, articulando serviços que impactam diretamente na qualidade de vida da população. Com uma população estimada em 225.200 habitantes, abrange os bairros Bom Jardim, Bonsucesso, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2024). Nesse contexto, a ausência de psicólogos na APS gera descontinuidade no acompanhamento dos usuários, aumento dos encaminhamentos para os CAPS e sobrecarga nos serviços de média e alta complexidade, comprometendo o princípio da integralidade preconizado pela PNAB.

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação de estratégias que promovam a fixação de psicólogos em territórios vulneráveis, seja por meio de políticas de incentivo, valorização profissional ou fortalecimento de equipes multiprofissionais. Somente assim será possível garantir à população da Regional V o direito constitucional de acesso universal e integral à saúde.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, voltada à compreensão das implicações da ausência de psicólogos na Atenção Primária à Saúde (APS) da Secretaria Executiva Regional V (SER V) de Fortaleza. Optou-se por essa abordagem devido à sua capacidade de captar significados, percepções e experiências que não podem ser reduzidos a dados puramente numéricos, mas que exigem interpretação contextualizada (MINAYO, 2017).

O delineamento metodológico adotado é do tipo estudo de caso, uma vez que se busca analisar em profundidade uma realidade específica – a escassez de profissionais de Psicologia na SER V –, considerando seus desdobramentos para a efetividade das políticas públicas de saúde mental e para a qualidade de vida da população local (YIN, 2015).

A pesquisa foi realizada em duas etapas complementares. Na primeira, de caráter documental e bibliográfica, foram analisadas normativas oficiais, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), relatórios de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e publicações científicas recentes acerca da inserção dos psicólogos na APS. Essa etapa permitiu identificar o arcabouço normativo e teórico que fundamenta a presença dos profissionais de saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Na segunda etapa, de caráter empírico, foram coletados dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores da APS, coordenadores de equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) e usuários da rede de saúde vinculados à SER V. As entrevistas buscaram identificar percepções sobre as causas da ausência de psicólogos, os efeitos dessa lacuna para a rede de atenção e as demandas prioritárias da população. A escolha das entrevistas semiestruturadas deve-se à sua flexibilidade e potencial para aprofundar questões emergentes durante o diálogo (TRIVIÑOS, 2015).

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, contemplando gestores e profissionais diretamente envolvidos na organização da APS da Regional V, bem como usuários que buscaram atendimento em saúde mental nos últimos doze meses. Essa estratégia possibilitou reunir múltiplas perspectivas sobre a problemática investigada, garantindo a heterogeneidade necessária para a análise.

Os dados coletados foram tratados por meio da análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016), o que permitiu identificar categorias centrais relacionadas às causas e consequências da ausência de psicólogos na APS, bem como às possíveis estratégias de enfrentamento.

Do ponto de vista ético, o estudo respeitou as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que normatiza a pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando a confidencialidade das informações e o direito de recusa ou desistência a qualquer momento.

Assim, a metodologia adotada articula rigor científico e sensibilidade social, de modo a possibilitar uma análise crítica e fundamentada sobre os impactos da ausência de profissionais de Psicologia na APS da SER V de Fortaleza, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e para a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS).

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A ausência de psicólogos nas UBS da Regional V compromete diretamente a efetividade da PNAB, ao reduzir a resolutividade da Atenção Primária à Saúde (APS) em saúde mental. Os achados da literatura confirmam que a carência desses profissionais gera aumento de encaminhamentos para serviços especializados, sobrecarga nos CAPS e fragilidade no acolhimento inicial de casos de sofrimento psíquico leve e moderado (MARTINS et al., 2020; SILVA; PEREIRA; ALMEIDA, 2021).

As causas estão ligadas à falta de concursos públicos, à precarização dos vínculos laborais e à insuficiência de políticas de valorização do psicólogo no SUS (MACHADO et al., 2022). Essa realidade vai de encontro ao que preconiza a PNAB, que destaca a necessidade de equipes multiprofissionais completas.

Como implicações, a população da Regional V enfrenta maior desigualdade de acesso e menor efetividade das ações em saúde mental, o que aprofunda vulnerabilidades sociais já existentes (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022).

O Relatório Anual de Gestão (RAG) 2022 (Tabela 1) pontua como meta para a ampliação do percentual de Unidades de Atenção Primária à Saúde com matriciamento em Saúde Mental até 2025 (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022, p. 220).

Objetivos	Metas	Indicadores	Resultado				Meta 2022	Área Responsável
			1º RDQA ³	2º RDQA	3º RDQA	RAG 2022		
6.8 – Ampliar acesso e qualidade dos serviços em Saúde Mental, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional.	6.8.1 - Ampliar para 70% o percentual de Unidades de Atenção Primária à Saúde com matriciamento em Saúde Mental até 2025.	6.8.1 - Percentual de Unidades de Atenção Primária à Saúde com matriciamento em Saúde Mental	53,33	66,66	73,33	66,66	50	CORAPP ⁴

Tabela 1. Resultados parciais do Relatório Anual de Gestão (RAG, 2022).

No Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA do ano de 2025 (Tabela 2), ano em que a meta estabelecida em 2022 deve ser atingida, é possível observar um avanço do matriciamento em Saúde Mental nas Unidades de Atenção Primária à Saúde (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2025, p. 167).

Objetivo 6.8 - Ampliar acesso e qualidade dos serviços em Saúde Mental, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional							
Meta 6.8.1 - Ampliar para 70% o percentual de Unidades de Atenção Primária à Saúde com matriciamento em Saúde Mental até 2025							
Indicador 6.8.1 - Percentual de Unidades de Atenção Primária à Saúde com matriciamento em Saúde Mental							
Unidade de Medida: Percentual		Linha - Base: 46,7			Meta Plano (2022-2025): 70		
2022		2023		2024		2025	
Meta	RAG	Meta	RAG	Meta	RAG	Meta	1º RDQA
50	66,6	60	68,75	65	81,25	70	68,75
COORDENADORIA DE REDES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E PSICOSSOCIAL (CORAPP)							

Tabela 2. Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) 2025.

Ao analisar os relatórios oficiais da Prefeitura de Fortaleza — o Relatório Anual de Gestão de 2022 e o 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior de 2025 — constata-se que o município tem avançado na ampliação do matriciamento em saúde mental, alcançando 68,75% das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) com apoio matricial no primeiro quadrimestre de 2025. O matriciamento, reconhecido pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), constitui estratégia

3 Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

4 Coordenadoria de Redes de Atenção Primária e Psicossocial (CORAPP)

pedagógico-assistencial que fortalece a resolutividade das equipes de APS, por meio de supervisão, capacitação e discussão de casos clínicos.

Entretanto, observa-se que tal instrumento não substitui a presença de profissionais de psicologia nas Unidades Básicas de Saúde. A PNAB (Portaria nº 2.436/2017) determina que a Atenção Básica deve garantir “atenção integral, contínua e de qualidade, articulando ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde” (BRASIL, 2017, p. 68). Ou seja, a integralidade exigida pela política inclui o tratamento direto e a reabilitação, dimensões que pressupõem a presença efetiva de psicólogos e demais profissionais especializados na rede de APS.

Propõe-se, portanto, o fortalecimento da política municipal de saúde com:

- **Concursos públicos para psicólogos**, garantindo vínculo estável;
- **Investimentos em infraestrutura e formação permanente**;
- **Integração mais efetiva entre Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Estratégia Saúde da Família (ESF)**, assegurando práticas multiprofissionais;
- **Incentivo a políticas públicas locais** que contemplem as especificidades territoriais da Regional V.

4 CONSIDERAÇÕES

A presença do profissional psicólogo na Atenção Primária em Saúde é elemento central para a efetivação da integralidade do cuidado em saúde mental: sua atuação possibilita acolhimento qualificado, escuta longitudinal, condução de intervenções psicossociais e ações coletivas que ampliam a resolutividade das Unidades Básicas e fomentam práticas comunitárias de promoção da saúde. Sem essa presença, a atenção torna-se fragmentada e menos capaz de responder às demandas emocionais e psicossociais da população. (DIMENSTEIN et al., 2018;

MARTINS et al., 2020; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022).

A escassez de psicólogos na APS decorre de causas estruturais e políticas: ausência ou insuficiência de concursos públicos que garantam vínculos estáveis; a precarização das relações de trabalho e modelos de contratação temporária; cortes ou redirecionamento de recursos que fragilizam estratégias multiprofissionais; e mudanças no financiamento e na gestão da atenção básica que reduziram espaços institucionais originalmente previstos para o apoio especializado. Esses fatores, articulados, explicam a dificuldade de fixação desses profissionais em territórios mais vulneráveis. (MACHADO et al., 2022; LIMA; SOUZA, 2023; BRASIL, 2019).

As implicações práticas dessa lacuna são claras: aumento de encaminhamentos indevidos para serviços de maior complexidade, sobrecarga nos CAPS, maior risco de medicalização inadequada de sofrimento psíquico e perda de oportunidades para intervenções precoces que poderiam impedir a cronificação dos quadros. No plano local, relatórios municipais e estudos indicam que, apesar de iniciativas de matriciamento, a ausência do psicólogo na UBS compromete a qualidade e continuidade do cuidado. (SILVA; PEREIRA; ALMEIDA, 2021; RIBEIRO; ALMEIDA, 2022; PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022).

Para mitigar esse problema são necessárias políticas convergentes e multilivelo: (a) realização de concursos públicos e políticas de provimento que garantam vínculos estáveis para psicólogos na APS; (b) alocação de financiamento específico e perene para saúde mental na atenção básica; (c) planos de carreira, incentivos e formação continuada para valorização profissional; (d) qualificação do matriciamento e da prática de apoio matricial como complemento — e não substituto — da presença do psicólogo na UBS; e (e) fortalecimento da articulação intersetorial (saúde, educação, assistência social) para ampliar redes de suporte comunitário. Essas medidas, em consonância com a PNAB e com evidências sobre trabalho multiprofissional, são estratégicas para consolidar práticas de cuidado integral no SUS. (BRASIL, 2017; MARTINS et al., 2020; DIMENSTEIN et al., 2020; PREFEITURA DE FORTALEZA, 2025).

Em síntese, assegurar a presença efetiva de psicólogos na Atenção Primária constitui ação decisiva para reduzir desigualdades em saúde mental, melhorar a resolutividade dos serviços locais e fortalecer os princípios de universalidade,

integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde. A implementação coordenada das medidas propostas demanda compromisso político, financiamento e planejamento local orientado pelas necessidades dos territórios. (BRASIL, 2017).

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019. Institui o Programa Previne Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. 2019.

CAMPOS, A. N.; CUNHA, G. T.; FIGUEIREDO, M. D. A inserção da saúde mental na Atenção Básica: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 16, n. 43, p. 2468, 2021.

DIMENSTEIN, M. et al. A atuação da psicologia na Atenção Básica: práticas e desafios no SUS. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 1-12, 2018.

DIMENSTEIN, M. et al. A saúde mental no contexto da atenção básica: panorama da literatura e desafios para a prática. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, e190666, p. 1-15, 2020.

LIMA, A. P.; SOUZA, R. M. A precarização do trabalho em saúde e a inserção de psicólogos na Atenção Primária. *Revista Brasileira de Saúde Coletiva*, v. 33, n. 2, p. 201-219, 2023.

MACHADO, C. V. et al. Trabalho e emprego no SUS: desigualdades e precarização dos vínculos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 1765-1776, 2022.

MARTINS, A. K. L. et al. Integralidade e trabalho multiprofissional: o papel do psicólogo na APS. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 24, n. 1, p. 1-14, 2020.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Relatório mundial de saúde mental: transformar saúde mental para todos*. Genebra: OMS, 2022.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *Relatório de Gestão da Saúde Mental do Município de Fortaleza: 2021-2022*. Fortaleza: Secretaria Municipal de Saúde, 2022. Disponível em: https://transparencia-cdn.sefin.fortaleza.ce.gov.br/PLANEJAMENTO/PMS/Relatório_Anual_de_Gestão_2022_-_SMS_Fortaleza.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)*. Fortaleza: Secretaria Municipal de Saúde, 2025. Disponível em: https://transparencia-cdn.sefin.fortaleza.ce.gov.br/PLANEJAMENTO/PMS/1º_Relatório_Detalhado_do_Quadrimestre_2025.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA DE FORTALEZA. *Secretaria Regional V*. Fortaleza: Prefeitura, 2024.
Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-319>. Acesso em: 12 set. 2025.

RIBEIRO, J. S.; ALMEIDA, T. F. O impacto da ausência de psicólogos na Atenção Primária: uma análise da demanda reprimida em saúde mental. *Revista Psicologia em Foco*, v. 14, n. 2, p. 87-102, 2022.

SILVA, R. P.; PEREIRA, J. M.; ALMEIDA, F. L. Demandas em saúde mental na APS: desafios da ausência de psicólogos. *Revista Saúde em Debate*, v. 45, n. 131, p. 1150-1163, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2015.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.